

**A IMATERIALIDADE DO MATERIAL E A
MATERIALIDADE DO IMATERIAL: OS DESAFIOS
DO REGISTRO E DA DOCUMENTAÇÃO DE BENS DO
PATRIMÔNIO PARA A PROMOÇÃO DA SUA
PRESERVAÇÃO**

THE
IMMATERIALITY OF THE MATERIAL AND
THE MATERIALITY OF THE IMATERIAL:
THE CHALLENGES OF REGISTRATION AND
DOCUMENTATION OF HERITAGE GOODS
FOR THE PROMOTION OF ITS
PRESERVATION

Recibido: 15.01.2021
Aprobado: 10.02.2021

Alice Almeida Gontijo
aligont@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9629-168X>

Escuela de Bellas Artes - Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil

Se compreendermos o nosso desejo de presença como uma reação a um ambiente cotidiano que se tornou tão predominantemente cartesiano ao longo dos últimos séculos, faz sentido esperar que a experiência estética possa nos ajudar a recuperar a dimensão espacial e a dimensão corpórea da nossa existência; faz sentido esperar que a experiência estética nos devolva pelo menos a sensação de estarmos-no-mundo, no sentido de fazermos parte de um mundo físico de coisas. (GUMBRECHT, 2016, p. 146).

O presente texto desenvolve, em forma de ensaio livre, algumas considerações acerca dos desafios do registro e da documentação de bens do patrimônio para a promoção da sua preservação, conforme requisição avaliativa da disciplina *Registro, Documentación y Archivo del Patrimonio Cultural Inmaterial*, ministrada pela professora convidada Dra. Jenny González ao longo do primeiro semestre letivo de 2020 no âmbito do programa de Pós-Graduação em Artes da UFMG, por mim cursada na modalidade especial (como disciplina isolada). As reflexões aqui apresentadas, voltam-se especialmente para a relação inevitável entre patrimônio imaterial e patrimônio material, expressa de maneira exemplar no âmbito do Patrimônio Gráfico pela associação entre gestualidades e objetos.

A reflexão sobre a problemática que envolve o registro, a documentação e a preservação do patrimônio poderia voltar-se para diversas experiências de uso dos recursos formais e legais de arrolamento dos bens imateriais. Tal análise, por sua vez, poderia resultar na indicação de potencialidades e lacunas (ou desafios) dos respectivos

instrumentos analisados. A avaliação dos programas locais, nacionais ou globais de registro e preservação de bens do patrimônio imaterial e dos seus respectivos documentos constitutivos, instrutivos e, finalmente, dos produtos resultantes da sua implementação e desenvolvimento, poderiam, ainda, (e talvez certamente), nos revelar muito sobre as particularidades dos bens englobados naquela categoria e, conseqüentemente, sobre os seus contextos sócio culturais de inscrição. Em síntese, nos debruçaríamos, fundamentalmente, sobre o que as populações de determinadas localidades, com seus percursos históricos particulares e suas conjunturas contemporâneas específicas, consideram como seus bens mais significativos enquanto símbolos mais ou menos abstratos, complexos e compartilhados no imaginário coletivo.

Contudo, ao invés de reproduzir a mesma abordagem (evidentemente muito interessante, mas já bastante recorrida durante a experiência didática da disciplina), optei por buscar compreender o que ainda poderia haver como desdobramento dos assuntos visitados e debatidos, o que ainda não havíamos esgotado e, sobretudo, como o meu percurso formativo acadêmico e profissional e a minha inscrição intelectual estariam relacionadas àquela disciplina e aos seus conteúdos, mesmo que àqueles tangenciais.

Considerando as experiências de registro dos bens do patrimônio imaterial discutidas ao longo do semestre, ficou evidente o desafio de espelhamento do item documentado nas ferramentas disponíveis e utilizadas em diferentes plataformas de registro. Percebe-se, de maneira geral, que por melhor (mais abrangente e detalhada) que seja a metodologia empregada para a coleta de informações e para a documentação de bens inscritos em uma esfera mais abstrata do que a da materialidade exclusivamente, não raramente os aspectos intangíveis, que os conformam em sua expressão e significância específicas, fogem à capacidade de tradução em materiais tangíveis, quais sejam as palavras, as imagens e os sons, etc., utilizados como recursos de registro para documentação.

Nesse sentido, parece relevante visitar o pensamento do filósofo Hans Ulrich Gumbrecht em “Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir” segundo o qual “o contato humano com as coisas do mundo contém um componente de sentido e um componente de presença” (2016, p.138) e a experiência estética é aquela na qual pode-se viver, experimentar, a tensão existente entre os efeitos de presença e efeitos de sentido. O peso de casa um desses elementos, segundo a concepção do autor, estará intimamente

ligado à modalidade midiática, ou seja, à materialidade através da qual o contato humano se dá com determinada “coisa”.

E, para exemplificar tal pressuposto, Gumbrecht analisa um objeto que nos interessa na presente reflexão, pois nasce da atividade gráfica e é um produto materializado em objeto gráfico: o texto (e cabe aqui um complemento não especificado pelo autor: o texto impresso). Segundo ele, “a dimensão de sentido será sempre predominante quando lemos um texto – mas os textos literários têm também modos de pôr em ação a dimensão da presença da tipografia, do ritmo da linguagem e até mesmo do cheiro do papel (2016, p.139).”

Parece evidente, aqui, a relação inevitável entre imaterialidade e materialidade, espírito e matéria, mente e corpo, pensamento (pensar) e ação (fazer). A dicotomia entre cada componente dos pares foi estabelecida nas humanidades ao início da modernidade quando a organização cartesiana do mundo estabeleceu a primazia das ideais sobre as coisas concretas e mundanas. Parece interessante, pois, que as experiências de registro e documentação de bens do patrimônio imaterial lancem mão de elementos concretos. No entanto, caberia pensar sobre a efetividade de tais elementos para o registro com vistas à preservação desses bens se, necessariamente, os documentos produzidos, além de forjados a partir da interpretação feita a respeito de determinada manifestação cultural imaterial, são arquivados sob determinadas plataformas e, dessas, convocados a reinterpretções em dinâmicas de difusão e valorização.

Bacharel em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, com ênfase em documentos gráficos, aos quais dedico a continuidade dos meus estudos e a minha atuação profissional, carrego como marco importante do meu percurso a experiência como bolsista do Projeto Museu Vivo Memória Gráfica (2011-2013). O projeto de extensão coordenado pela professora Dra. Ana Utsch, durante a minha passagem, esteve acolhido pelo Centro Cultural da UFMG, e configurou espaço privilegiado para o desenvolvimento não apenas de atividades de extensão, como também de ensino e pesquisa. Através do Parque Gráfico e do Laboratório de História do Livro, que o compunha, o Projeto Museu Vivo Memória Gráfica promoveu o amplo espectro de práticas e tradições que constituem o universo das artes gráficas: caligrafia, tipografia, gravura, edição, ilustração, design, encadernação etc.

Dentre as experiências vividas no espaço, destaco como ilustração do que pretendo propor como possível estratégia para a preservação de bens do patrimônio, a publicação

de um volume do Capítulo LXII do tomo II de Dom Quixote, no qual o cavaleiro andante se encontra com a própria história sendo impressa em uma oficina tipográfica em Barcelona. Primeiro volume da *Coleção Sobretextos*, constituiu – tanto como objeto finalizado, quanto como processo – um inventário amplo (material e imaterial), tendo sido elaborado a partir de tecnologias históricas de produção do livro, como a tipografia, a linotipia etc., que foram colocadas em operação por seus artífices com o acompanhamento colaborativo de jovens estagiários à elas menos familiarizados.

Se tomamos como exemplo as primeiras iniciativas de registro dos modos de elaboração do impresso, como as enciclopédias perceberemos que, algumas poucas corporações de ofício, ainda na Idade média, registraram prescrições para a produção dos objetos. Se as artes mecânicas como a impressão tipográfica e de gravuras foram objeto de tentativas de formalização através da palavra escrita e ilustrada – em empreendimentos que poderíamos dizer metalinguísticos – a encadernação também foi objeto de publicações.

Das artes mecânicas que procuraram reconhecimento e valorização do mundo das letras e do pensar, ao mesmo tempo que foram chanceladas por ele através dos espaços concedidos, assim como a impressão, a encadernação também figurou dentre os verbetes da *Encyclopedye* de Diderot em 1765 - que seria, seis anos depois, enriquecido pelas famosas pranchas ilustrativas. Dudin, outro autor francês, escreveria um “tratado sobre a arte de encadernar”, publicado em 1772, com fôlego ainda maior: sete capítulos, 16 pranchas de ilustração e, até mesmo, um glossário de termos técnicos.

Curioso pensar, contudo, que para a redação dos respectivos escritos, ambos os autores, que não eram artífices, precisaram adentrar oficinas impressoras para observar maquinário, gestual, dentre outros aspectos materiais e formais, mais ou menos óbvios, dos seus objetos de pesquisa. Nesse sentido, me parece que esses próprios empreendimentos de registro e documentação revelam a insensatez da divisão dos universos do saber e do fazer.

Intimamente relacionados às experiências vividas, experimentadas, os bens do patrimônio, seja material como imaterial, se manifestam através de estruturas tangíveis, mas cuja dinâmica de atribuição de valores – os quais os configurarão finalmente como patrimônio – opera em outra dimensão. Parece-me, pois, que existe certa limitação intransponível em qualquer metodologia de registro e documentação de bens do patrimônio. Isso porque eles existem em uma dimensão que paira entre a materialidade e

a imaterialidade: no caso do Patrimônio Gráfico, por exemplo, envolvem particularidades de difícil apreensão e documentação, como gestos, movimentos, interação entre corpo e ferramentas. Portanto, a sua preservação é inevitavelmente impactada pela inexistência de “formas de registro vivas” que viabilizem a transmissão de saberes, não apenas de maneira textual (verbal ou oral), mas sobretudo pela observação e pelo compartilhamento de experiência.

Em um mundo marcado pela dicotomia entre fazer e pensar, entre materialidade e imaterialidade, é difícil desenvolver formas diligentes de preservação do patrimônio. Isso porque é essencial vincular as duas dimensões para que se conheça o bem, não apenas através do registro, mas da experiência presente. Conhecer as técnicas de produção através de uma experiência vivida, experimentada corporalmente, pode contribuir para a valorização do patrimônio gráfico ao nos conectar efetivamente com os seus objetos e revelar a materialidade da imaterialidade que o conforma: os gestos que concretizam os saberes técnicos.

Referências

- UTSCH, Ana; GRAVIER, Marina Garone (org.). *Encontro em torno de tipos e livros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019, p. 21-68.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2010.
- SENNETT, Richard. *O artífice*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- UTSCH, Ana. *História da encadernação e restauração de acervos bibliográficos: estatutos simbólicos e práticas escriturárias*. ESCRITOS (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA), v. 8, p. 159-179, 2014.